



opinião

**Pita Ameixa:** “Ser deputado do Partido do Governo não é o mesmo que sê-lo de um pequeno partido oposicionista. Ora, na nossa posição, o mais importante é que os mandatos sejam úteis, realizadores, e que as ambições dos programas eleitorais se cumpram. É por isso que nós respondemos. E, pela nossa parte, com sucesso!”

## O mandato útil dos deputados

**C**onsoante o posicionamento político-partidário assim são exercidos, diferentemente, os mandatos dos deputados.

Um dos aspectos a salientar é que a entrega do encargo da governação ao PS, em face da escolha eleitoral dos portugueses, conferiu aos deputados socialistas de Beja uma diferenciação e uma subida responsabilidade de representação dos interesses políticos locais.

É, evidentemente, mais difícil cumprir as expectativas de realização, do que ficar no lado fácil da exigência e da crítica. Toda a gente sabe isto!

Até porque, por mais que se faça, é sempre possível estender as exigências e, naturalmente, as necessidades nunca acabam.

Porém, o mais relevante é que se tenha conseguido que o Estado avançasse com os grandes projectos há muito desejados (Alqueva em metade do tempo, construção do Aeroporto Civil, Auto-Estrada de Beja) tudo coisas que implicaram difíceis decisões políticas e a alocação à região de enormes financiamentos (que vindo para aqui não foram para outras regiões que também competiam por essas verbas).

Para além disso outros grandes investimentos públicos, de grande escala e grande monta, foram feitos na saúde (novo edifício do Hospital de Dia, cinco novos centros de saúde, unidades de cuidados integrados) no social (muitas novas creches, lares, centros para deficientes) na educação (novas construções e remodelações no Politécnico, nas escolas secundárias, no ensino básico), nos apoios à indústria mineira (Somincor e Aljustrel), entre muitas outras coisas, como o Distrito há muito não conhecia e de uma forma tão concentrada.

É preciso relembrar isto por causa da última crónica, publicada neste jornal, pelo ex-deputado da CDU, recentemente afastado pelo PCP, José Soeiro.

Nunca me referi aqui directamente ao seu nome porque entendo dever respeitar os mandatos alheios e o eleitorado que neles se reveja, e porque a política não deve, acho, fazer-se pela negativa ou contra pessoas, ao contrário de Soeiro que escreve dezenas de vezes o meu nome para maldizer e atacar, nas suas crónicas, sempre iguais, de vira o disco e toca o mesmo.

Abro agora uma excepção, na sua saída. Escreveu Soeiro: “Afim fizeram menos

os dois deputados eleitos pelo PS no nosso distrito nos últimos seis anos do que eu em apenas nove meses de uma sessão legislativa.”

Nada mais errado!

Este auto-elogio pode ser um recado azedo para dentro do seu partido, ou uma casca de banana para o sucessor, ou uma manifestação de frustração pelo sucesso alheio, ou tão só uma gabarolice.

É certo que Soeiro terá feito muitas visitas e reuniões. Ou perguntas ao Governo, ainda que muitas despropositadas, outras de mera tática, e também uma ou outra razoável.

Mas nós também fomos a toda a parte, conhecemos bem as questões do Distrito, de lés a lés, somos os únicos que temos um Gabinete de Atendimento à população, e intervimos em todas as situações necessárias. E – mais e diferente – tivemos de participar na conquista do acervo de realizações que se mostra acima.

O que Soeiro pretende, e mal, é impor uma bitola de aferição, unilateral, em que o mandato dos deputados se mede por critérios burocráticos de acções oposicionistas e contra o Governo. Quem não faz guerra aos governos não presta.

Não aceitamos essa falácia.

Cada mandato tem de ser valorizado em conformidade com o seu próprio posicionamento e forma de actuar, e não dos outros.

Ser deputado do Partido do Governo não é o mesmo que sê-lo de um pequeno partido oposicionista.

Ora, na nossa posição, o mais importante é que os mandatos sejam úteis, realizadores, e que as ambições dos programas eleitorais se cumpram.

É por isso que nós respondemos. E, pela nossa parte, com sucesso!

Soeiro gaba-se a si próprio, mas o certo é que o PCP o afastou, alegando, entre outras, razões de rejuvenescimento e renovação, apenas dez meses após se apresentar como cabeça-de-lista para um mandato de quatro anos!

E não tendo sido apresentada nenhuma razão de interesse público atendível (por exemplo, ser chamado a outra função política pública), mas apenas questões de mercaria interna partidária.

É pena que tenha saído dessa forma tão atabalhoada, e mal explicada, com argumentos contraditórios, infiel ao eleitorado, mas, muito provavelmente, apenas lhe sucedeu ter que se deitar na cama que ele próprio já antes tinha feito a outros.

Como se vê, mais uma vez, há partidos políticos em que o poder burocrático de ignotos funcionários nomeados vale mais do que a escolha eleitoral das pessoas, do povo.

Esse é que é o mal, como já o demonstrou a História em vários lugares do Mundo. ▀



**Maria da Graça Carvalho:** “A Europa encontra-se na primeira linha do combate às alterações climáticas. Basta recordar os objectivos propostos pela política europeia de combate às alterações climáticas, a Estratégia 20-20-20, que preconiza uma redução de 20% nas emissões de CO<sub>2</sub>, um aumento de 20% da eficiência energética e que 20% do consumo de energia final tenham origem em fontes renováveis”.

## As cidades e as alterações climáticas

**N**os próximos anos a humanidade tem pela frente um desafio colossal – o combate às alterações climáticas. Um dos aspectos prioritários deste combate consiste na redução progressiva da emissão de gases com efeito

de estufa. Estando a emissão de gases com efeito de estufa intimamente relacionada com a necessidade de intensificar a produção de energia, que decorre do cada vez mais rápido ritmo de desenvolvimento das sociedades, não é difícil entender que a redução das emissões destes gases pressuponha uma reorganização das sociedades e uma reorientação da sua actividade económica.

A Europa encontra-se na primeira linha do combate às alterações climáticas. Basta recordar os objectivos propostos pela política europeia de combate às alterações climáticas, a Estratégia 20-20-20, que preconiza uma redução de 20% nas emissões de CO<sub>2</sub>, um aumento de 20% da eficiência energética e que 20% do consumo de energia final tenham origem em fontes renováveis.

As cidades desempenham um papel fundamental em todo este processo. No século XXI a esmagadora maioria da humanidade viverá em zonas urbanas. As Nações Unidas estimam que a população mundial alcançará 4,9 mil milhões de pessoas em 2030 mas a população rural diminuirá em cerca de 28 milhões de pessoas entre 2005 e 2030. Na União Europeia 80% da população já vive em cidades e, tal como em breve acontecerá no resto do mundo, a sua qualidade de vida, as suas condições de trabalho e a sua saúde dependem directamente do

ambiente urbano. As cidades são hoje responsáveis por cerca de 75% das emissões de CO<sub>2</sub> e consomem cerca de 75% dos recursos naturais. Por outro lado, as cidades são também responsáveis por 80% do crescimento total da economia.

Como sempre acontece, podemos encarar estes factos como problemas e ameaças ou como desafios e oportunidades. As cidades que aderiram ao Pacto dos Autarcas decidiram encarar o assunto como um desafio e uma oportunidade.

O Pacto dos Autarcas é um compromisso de cerca de 1500 cidades europeias (de 41 países) que têm como finalidade ultrapassar os objectivos propostos pela política europeia de combate às alterações climáticas, a Estratégia 20-20-20, que referi acima. Entre as 1.500 cidades europeias que integram o Pacto dos Autarcas encontram-se 38 cidades portuguesas. E este ano, a cidade de Beja, por decisão do seu presidente da câmara e da assembleia municipal, decidiu integrar o

Pacto dos Autarcas. Sendo Beja a minha cidade natal e tendo eu realizado, nos últimos anos, várias diligências no sentido da sensibilização para a importância deste pacto, devo dizer que a adesão da cidade de Beja ao Pacto dos Autarcas é para mim motivo de grande orgulho e satisfação.

Como o fizeram as restantes cidades, a cidade de Beja, ao assinar o Pacto dos Autarcas, assume o compromisso solene de preparar, propor e implementar um plano de acção para a energia sustentável. A eficiência energética nos edifícios, a utilização

de energias renováveis e os planos de mobilidade serão com certeza parte integrante do plano de acção. Será necessário aproveitar as potencialidades oferecidas pela arquitectura tradicional alentejana em termos de eficiência energética e o potencial solar desta região, que é o maior da Europa. O plano será acompanhado por uma explicação detalhada de como irão ser atingidos os objectivos propostos, no território urbano que se encontra sob a administração do município, podendo o plano incluir acções que envolvam tanto o sector público como o sector privado. ▀

**Como o fizeram as restantes cidades, a cidade de Beja, ao assinar o Pacto dos Autarcas, assume o compromisso solene de preparar, propor e implementar um plano de acção para a energia sustentável. A eficiência energética nos edifícios, a utilização de energias renováveis e os planos de mobilidade serão com certeza parte integrante do plano de acção. Será necessário aproveitar as potencialidades oferecidas pela arquitectura tradicional alentejana.**